

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo o fornecimento de passagens aéreas nacionais, com o objetivo de atender às demandas da secretaria municipal de educação, cultura e desporto (SEMECD), da secretaria municipal de saúde (SEMSA), da secretaria municipal de assistência social (SEMAS) e da secretaria municipal de planejamento administrativo (SEMPA) do município de Pacaraima/RR.

SERVIÇOS

<u>ITEM</u>	<u>Descrição</u>	<u>Secretaria Interessada</u>	<u>Valor p/ Secretaria</u>	<u>Valor Total Estimado</u>	<u>Percentual de Desconto sobre o valor total Estimado</u>
01	EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS. ASSESSORIA, COTAÇÃO, RESERVA E EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM; ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM – VOOS NACIONAIS. ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. (SEMCD)	R\$ 682.732,00	R\$ 1.332.732,00	10%
		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. (SEMAS)	R\$ 150.000,00		
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. (SEMSA)	R\$ 200.000,00		
		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO. (SEMPA)	R\$ 300.000,00		

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$1.332.732,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

PERCENTUAL MÍNIMO PARA DESCONTO: 10% (DEZ POR CENTO)

1.2. A Contratada deve cumprir os requisitos de habilitação exigidos no Art. 63, Inciso III da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

1.1 A Contratação enquadra-se como aquisição de bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do assinatura do Contrato, podendo vir a ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

1.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DO OBJETIVO

2.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais, de acordo com as necessidades dos órgãos e secretarias do Município de Pacaraima.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

3.1.2 Lei nº 123/2006 – Lei Complementar e suas alterações;

3.1.3 IN nº 58, de 08 de agosto de 2022;

3.1.4 IN nº 65, de 07 de julho de 2021;

3.1.5 IN nº 81, de 25 de novembro de 2022;

3.2 A necessidade da contratação dos serviços de agenciamento de viagens, com fornecimento de passagens aéreas nacionais, pelas secretarias e órgãos do Município de Pacaraima decorre da complexidade e diversidade das atividades desenvolvidas, incluindo cursos de capacitação, reuniões técnicas, eventos educacionais, culturais e esportivos, bem como outras atividades institucionais essenciais.

3.3 Para a execução dessas atividades, é essencial contar com o suporte de empresa especializada, capaz de gerenciar de forma eficiente e eficaz a logística de deslocamento dos servidores, garantindo que os deslocamentos ocorram com segurança, agilidade e em conformidade com as normas vigentes.

3.4 Os itens demandados não constam na listagem do Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Pacaraima, pois este ainda não foi elaborado, em razão da fase de capacitação dos servidores e adaptação à nova legislação de licitações.

3.5 Apesar disso, a contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas é uma necessidade atual, assegurando o deslocamento de servidores e representantes para a realização das atividades institucionais, contribuindo diretamente para a eficiência da gestão municipal e cumprimento das metas estratégicas das secretarias envolvidas.

3.6 Conforme estabelecido no art. 18, I, da Lei nº 14.133/2021, a identificação precisa da necessidade pública é fundamental para o sucesso da contratação. Nesse sentido, a contratação de serviços de agenciamento de viagens com fornecimento de passagens aéreas nacionais



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

mostra-se essencial para garantir o deslocamento de servidores e colaboradores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da Secretaria Municipal de Planejamento Administrativo (SEMPA) no desempenho de suas funções, especialmente para participação em cursos, formações, eventos, reuniões técnicas e tratativas junto a órgãos federais e estaduais, voltadas ao fortalecimento da gestão educacional e institucional do Município de Pacaraima.

3.7 O período estimado de vigência da contratação justifica-se pela natureza contínua e indispensável dos serviços, garantindo que os deslocamentos ocorram conforme as necessidades reais dos órgãos e secretarias, assegurando eficiência operacional, economia de recursos e racionalização da execução.

3.8 Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes necessárias para a viabilidade desta demanda, sendo a contratação gerenciada diretamente entre os órgãos e secretarias do Município de Pacaraima, incluindo SEMECD, SEMSA, SEMAS e SEMPA, e o prestador contratado, garantindo autonomia operacional e execução eficiente dos serviços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 8 do ETP, anexo deste TR.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Especialização e Experiência: Os licitantes deverão comprovar experiência prévia e comprovada na área de agenciamento de viagens, especialmente na emissão, remarcação, cancelamento e gestão de passagens aéreas nacionais destinadas a órgãos públicos, demonstrando capacidade técnica, confiabilidade e expertise no setor.

5.2. Qualificação Profissional: Deverá ser apresentada equipe técnica qualificada, com experiência comprovada no atendimento a entes públicos e aptidão para lidar com as demandas específicas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da Secretaria Municipal de Planejamento Administrativo (SEMPA).

5.3. Capacidade Técnica: Os licitantes deverão demonstrar capacidade técnica operacional para prestar os serviços de agenciamento de passagens aéreas de forma eficiente, segura e ágil, incluindo suporte técnico, canais de comunicação acessíveis, sistema de controle de reservas e tecnologia adequada para garantir a gestão eficaz das demandas.

5.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista: É imprescindível que os licitantes estejam em situação regular perante os órgãos fiscais e trabalhistas competentes, apresentando certidões negativas



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido pela legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

5.5. Disponibilidade e Comprometimento: Os proponentes deverão garantir disponibilidade integral para atendimento das demandas emergenciais e programadas das secretarias e órgãos participantes, demonstrando comprometimento com os prazos, qualidade e continuidade dos serviços.

5.6. Idoneidade e Integridade: Deverá ser comprovada a idoneidade moral e ética dos licitantes, afastando qualquer vínculo ou situação que possa comprometer a imparcialidade, transparência e integridade na execução dos serviços contratados.

5.7. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, devendo a execução ocorrer diretamente pela contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8. Garantia da Contratação: Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este Termo de Referência.

6. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

6.1. Cotação e Reserva: Realizar a cotação de preços junto às companhias aéreas e sistemas de reservas, efetuar as reservas de passagens e disponibilizar alternativas de voos e tarifas que atendam de forma eficiente e econômica às demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da Secretaria Municipal de Planejamento Administrativo (SEMPA), garantindo economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

6.2. Emissão e Remarcação: Emitir bilhetes aéreos nacionais e realizar, sempre que necessário, remarcações, alterações e cancelamentos de passagens, conforme solicitações formais dos órgãos e secretarias participantes, observando as regras tarifárias e políticas das companhias aéreas, de modo a preservar o interesse público e a continuidade das atividades institucionais.

6.3. Atendimento e Suporte Técnico: Prestar atendimento e suporte integral durante todo o processo de cotação, reserva, emissão e utilização das passagens aéreas, assegurando comunicação ágil e eficiente, acompanhamento das viagens, emissão de relatórios gerenciais e orientação técnica quanto a políticas de reembolso e procedimentos operacionais.

6.4. Disponibilidade e Atendimento Emergencial: Garantir disponibilidade permanente de atendimento, inclusive para demandas emergenciais e imprevistas, oferecendo soluções rápidas e eficazes que assegurem a continuidade das ações e deslocamentos de interesse institucional, especialmente em missões oficiais e compromissos administrativos inadiáveis.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

6.5. Conformidade e Regularidade: Assegurar que todas as operações realizadas estejam em plena conformidade com as normas legais vigentes, observando as boas práticas do setor de turismo e aviação, de forma a garantir transparência, legalidade, rastreabilidade e segurança na execução dos serviços.

6.6. Obrigações da Contratada: A contratada deverá zelar pelo fiel cumprimento das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos do certame, sendo vedada a prestação de serviços em desacordo com os requisitos técnicos e operacionais aqui definidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.1. Prazo de Vigência:

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo e acordo entre as partes, conforme as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da Secretaria Municipal de Planejamento Administrativo (SEMPA), observando-se o disposto nos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Critérios de Recebimento:

7.2.1. Os serviços prestados deverão estar em plena conformidade com as especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato firmado, sendo rejeitados aqueles que não atenderem aos padrões de qualidade e eficiência exigidos.

7.2.2. Cada solicitação de serviço deverá ser formalizada por escrito pelo órgão ou secretaria requisitante, contendo obrigatoriamente: data da solicitação, quantidade de passagens, valor unitário, local de destino, prazo previsto, assinatura do responsável e referência à Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente.

7.2.3. O prazo máximo para a entrega do serviço (emissão de passagens) será de até 01 (um) dia útil após o recebimento da solicitação formal, contado a partir do recebimento da nota de empenho, assinatura do contrato ou instrumento equivalente, salvo em situações devidamente justificadas e autorizadas.

7.2.4. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estipulado, a contratada deverá comunicar previamente os motivos com comprovação documental, em prazo mínimo de 12 (doze) horas de antecedência, ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior, para análise e eventual prorrogação do prazo por parte da administração.

7.2.5. As passagens aéreas emitidas deverão atender integralmente aos padrões de qualidade e conformidade definidos, garantindo precisão nos dados de passageiros, clareza nas informações



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

de itinerário, horários e companhias aéreas, bem como a adequação às necessidades específicas de deslocamento das secretarias e órgãos municipais.

7.2.6. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os prazos, padrões e procedimentos estabelecidos, tendo em vista que a pontualidade, segurança e precisão são fatores determinantes para a efetividade das atividades institucionais e administrativas do Município de Pacaraima.

7.3. Recebimento e Validação dos Serviços:

As secretarias e órgãos participantes reservam-se o direito de aceitar ou recusar os serviços entregues que não atendam aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência. Em caso de não conformidade, poderão ser solicitadas correções, substituições ou ajustes, conforme a necessidade.

A aceitação formal dos serviços será registrada por documento emitido pelo órgão requisitante, enquanto a recusa deverá ser devidamente justificada, concedendo-se prazo razoável para que a contratada realize as devidas correções, sem ônus adicional para a Administração.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas por meio de apostila ao contrato.

8.3. As comunicações entre o órgão contratante e a empresa contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, quando cabível, o uso de meios eletrônicos oficiais para garantir celeridade e segurança na tramitação das informações.

8.4. O órgão ou secretaria contratante poderá convocar representante da empresa contratada para tratar de medidas urgentes ou ajustes que devam ser cumpridos de imediato, de forma a garantir a continuidade e regularidade dos serviços.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial com a contratada, visando à apresentação do plano de fiscalização e acompanhamento, contendo orientações sobre:

- obrigações contratuais;
- mecanismos e critérios de fiscalização;
- estratégias de execução;
- plano complementar de execução (quando houver);
- método de aferição dos resultados; e
- sanções aplicáveis em caso de descumprimento.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Fiscalização do Contrato

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados como fiscais e gestores do contrato, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº 11.246/2022, garantindo a conformidade técnica, administrativa e financeira da execução.

Fiscalização Técnica

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas, a fim de assegurar a qualidade dos serviços prestados às secretarias e órgãos participantes (SEMECD, SEMSA, SEMAS e SEMPA).

8.8. O fiscal técnico deverá registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual no histórico de gerenciamento do contrato, detalhando eventuais falhas ou irregularidades e as medidas adotadas para sua regularização.

8.9. Constatada qualquer inexecução, irregularidade ou descumprimento contratual, o fiscal técnico emitirá notificação formal à contratada, estabelecendo prazo para correção, conforme art. 22, III, do Decreto nº 11.246/2022.

8.10. O fiscal técnico deverá informar ao gestor do contrato, de forma tempestiva, qualquer situação que ultrapasse sua competência, para que sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis.

8.11. Havendo ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas previstas, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor do contrato, permitindo ações corretivas.

8.12. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, com antecedência, o término da vigência contratual, visando à renovação ou prorrogação tempestiva do instrumento, evitando descontinuidade dos serviços.

Fiscalização Administrativa

8.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhará empenhos, pagamentos, glosas, garantias, apostilamentos e aditivos, conforme o art. 23 do Decreto nº 11.246/2022.

8.14. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução, comunicando o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis, quando extrapolar sua competência.

Gestão do Contrato

8.15. O gestor do contrato será responsável por coordenar, consolidar e atualizar todas as informações referentes à execução contratual, mantendo registro formal e histórico de



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

gerenciamento (ordens de serviço, ocorrências, aditivos, prorrogações e relatórios de desempenho).

8.16. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, garantindo que todas as ocorrências e medidas corretivas sejam devidamente tratadas e, se necessário, comunicadas à autoridade superior.

8.17. O gestor verificará a manutenção da habilitação da contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento das despesas, anotando eventuais restrições ou riscos que possam interferir na regular execução do contrato.

8.18. O gestor do contrato será responsável por adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, inclusive a instauração de processo de responsabilização e aplicação de sanções, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.19. O fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato, com antecedência, o término do contrato, visando à prorrogação ou nova contratação tempestiva, evitando descontinuidade na prestação dos serviços de agenciamento de viagens e fornecimento de passagens aéreas nacionais.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Liquidação

9.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 As secretarias envolvidas (SEMECD, SEMSA, SEMAS e SEMPA) poderão deduzir dos pagamentos valores que, a qualquer título, forem devidos pela contratada, em decorrência do descumprimento de suas obrigações contratuais, incluindo atrasos, falhas na prestação dos serviços ou não conformidade com os padrões estabelecidos no Termo de Referência.

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para que a contratada solucione inconsistências na execução do objeto, ou realize o saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelas secretarias



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
"A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO"



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

envolvidas (SEMECD, SEMSA, SEMAS e SEMPA) durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo do serviço.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

10.1.2 As propostas deverão considerar todas as despesas necessárias à execução dos serviços (com exceção da taxa de embarque), incluindo impostos, taxas, fretes, transportes e demais encargos incidentes;

10.1.3 O julgamento das propostas se dará pelo critério de maior percentual de desconto, sendo considerada vencedora a licitante que ofertar o maior percentual de desconto para a prestação dos serviços, ou seja, da taxa de repasse a terceiros pela prestação de serviços de agenciamento de viagens (emissão, remarcação e cancelamento); No percentual de desconto não serão admitidos percentuais menores que 10%.

10.1.4 Não será admitido Proposta com Percentual de Desconto superior a 100% (cem por cento) sobre o valor da comissão pelo agenciamento.

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade da administração.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

10.3 Exigências de habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

I - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL**, devidamente atualizada;

IV - Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL**, devidamente atualizada;

V - Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da **CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, devidamente atualizada;

VI - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, [conforme alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90](#), devidamente atualizado;

VII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - **CNDT**, conforme [Lei nº. 12.440/11](#), devidamente atualizada;

10.3.1.2 Relativamente à qualificação econômico financeira:

I- Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de **90 (noventa) dias** da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.332.732,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)**, conforme custos unitários postos na tabela acima presente no item 1 deste documento.

12. DAS SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

12.1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

12.1 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.12 deste Termo de Referência;

12.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A dotação orçamentária será apresentada no momento da emissão do empenho
Pacaraima, 30 de setembro de 2025.

Responsável pela elaboração do TR:

Elaborado por:

Ana Karoliny Siqueira Calleri

Integrante Técnico

Port. Interna nº 013/2025

De acordo:

Alsione Pereira de Alencar Sulbaran

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Port. nº008 de 02/01/2025

Antonia Ferreira de Sousa

Secretária Municipal de Assistência Social.

Port. nº007 de 02/01/2025

Roseany Hagge Barbosa do Nascimento

Secretária Municipal de Planejamento e Administração.

Port. nº003 de 02/01/2025

Helder Seixas Fernandes de Amorim

Secretário de Municipal de Saúde

Port. nº006 de 02/01/2025

Aprovado por:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE PACARAIMA
“A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM TRABALHO”



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Waldery D'avila Sampaio

Prefeito Municipal